

PEQUENAS LOCALIDADES E GRANDES INFRAESTRUTURAS :
O CASO DE MARMELÂNDIA (REALEZA-PR) E OS EFEITOS
SOFRIDOS PELA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA
BAIXO IGUAÇU

*PEQUEÑAS LOCALIDADES Y GRANDES INFRAESTRUCTURAS:
EL CASO DE MARMELÂNDIA (REALEZA-PR) Y LOS EFECTOS
DE LA IMPLEMENTACIÓN DE LA HIDROELÉCTRICA BAIXO
IGUAÇU*

Patricia Zandonade¹

Julia Lima²

RESUMO

O trabalho apresenta uma leitura das alterações nos modos de morar a partir dos impactos gerais causados na paisagem, resultante da implantação de empreendimentos energéticos de grande porte em pequenas localidades. Investiga, a partir do distrito de Marmelândia, município de Realeza-PR, as propostas de desenvolvimento territorial incorporada nos planos e programas de mitigação dos impactos da Hidrelétrica Baixo Iguaçu, que iniciou sua operação em 2018. A leitura da paisagem e a pertinência das propostas ou planos é complementada com as histórias e relatos das personagens moradoras afetadas pela Usina, visando um estudo que se aproxima e valoriza a perspectiva da população.

Palavras-chaves: Pequenas Localidades, Marmelândia, Hidrelétricas, Modos de Morar.

RESUMEN

El trabajo presenta una lectura de los cambios en las formas de vida derivadas de los impactos generales provocados en el paisaje, resultado de la implementación de proyectos energéticos a gran escala en pequeñas localidades. Investiga, desde el distrito de Marmelândia, municipio de Realeza-PR, las propuestas de desarrollo territorial incorporado en los planes y programas para la mitigación de los impactos de la Central Hidroeléctrica Baixo Iguaçu, que inició su operación en 2018. La lectura del paisaje y la relevancia de las propuestas o planes es complementada con los relatos y historias de los moradores impactados por la hidroeléctrica, con el objetivo de un estudio que aborde y valore la perspectiva de la población.

Palabras clave: Pequeños Pueblos, Marmelândia, Hidroeléctrica, Modos de Morar.

¹ Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, da UNILA. Coordenadora do Grupo Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina (CNPQ). Doutora em Energia (UFABC), Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas (FAU USP) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (UEL-PR). Endereço eletrônico: patricia.zandonade@unila.edu.br

² Pesquisadora IC no Projeto de Pesquisa "Modos de Morar e Coesão Territorial em Pequenas localidades: Leitura do Impacto dos Empreendimentos Energéticos para a Coesão Territorial" (2019-2020). Graduanda no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA. Endereço Eletrônico: jlima288@gmail.com

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Este artigo faz parte e traz resultados parciais da pesquisa "Modos de Morar e Coesão Territorial em Pequenas localidades: Leitura do Impacto dos Empreendimentos Energéticos para a Coesão Territorial", inserida no contexto do Grupo de Pesquisa TIPPA Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina. Inclui-se também neste artigo o resultado parcial de um projeto de Iniciação Científica, que teve Marmelândia (distrito de Realeza-PR) como o recorte empírico para a pesquisa, sendo esta uma das localidades mais afetadas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu. Os principais instrumentos de investigação se baseiam numa leitura da paisagem da localidade, partindo da compreensão de seu modo de vida e sua paisagem como patrimônio territorial, e complementada com o levantamento de relatos de moradores sobre seu lugar. Os estudos para este artigo tiveram como base os documentos e relatórios gerados pela UHE e pelo Instituto Ambiental do Paraná, responsável pelo licenciamento ambiental, e em paralelo à trajetória de vida de pessoas moradoras da localidade, como forma de acessar a compreensão do território e suas alterações a partir da perspectiva das pessoas e famílias moradoras locais. Esta leitura é então ponderada a partir dos efeitos provocados e em curso na paisagem e modos de vida a partir da implantação da usina.

A pesquisa qualitativa de história de vida é uma metodologia de pesquisa e um instrumento importante quando associamos território e patrimônio, sobretudo ligado ao patrimônio popular e memórias no território. Visa a reconstrução do passado e/ou territorialidade através de testemunhos orais convertidos em material de estudo. Montenegro, em seu livro sobre metodologias e memórias na história destaca que refletir sobre um relato ou história de vida

...a partir do relato oral de memória é debruçar-se sobre fragmentos que o narrador – ainda que com a participação do entrevistador – seleciona para construir uma imagem, uma identidade (MONTENEGRO, 2010, p. 63).

Apresenta uma investigação aproximada da realidade e impregnada dos filtros culturais e de grupos sociais, uma vez que explora o significado simbólico do lugar por meio da memória, abordando processos culturais, sociais, econômicos e políticos a partir da individualidade, contada através da concepção e percepção de seus protagonistas. Esta metodologia vem sendo mais e mais utilizada em pesquisas que pretendem captar as vozes e perspectivas de grupos e povos subalternos, e normalmente invisibilizados em uma narrativa dominante. Sem querer um levantamento por metodologias historiográficas, buscamos entender vivências e ampliar a possibilidades de compreensão do lugar e da paisagem, defendendo a pluralidade de modos de vida e promovendo a participação da comunidade na produção do conhecimento.

Para a leitura da paisagem e do lugar, dialogamos metodologicamente com as abordagens sobre patrimônio territorial difundidas por Magnaghi (2010), que constrói esta noção como sendo sedimentos materiais relacionados com a morfologia do lugar, à paisagem, às paisagens, e ainda aos recursos socioeconômicos acumulados nos processos de desenvolvimento, aos saberes e conhecimento do lugar, ao saber fazer, às manifestações culturais e a identidade vinculada à memória coletiva relacionada com as características de pertencimento ao lugar. É o conjunto de recursos culturais e naturais herdados em um lugar, reconhecido socialmente pela comunidade ou sociedade local. Magnaghi (2015) considera o patrimônio territorial, com suas paisagens, culturas e infraestruturas e saberes e modos de vida, como bens comuns, por terem sido produzidos pelo coletivo e não indivíduo, por processos longos e históricos coevolutivos em sua relação com o ambiente natural. Esta abordagem orienta a leitura e compreensão da paisagem e do lugar inseridas neste patrimônio territorial, e apesar deste texto não esgotar a discussão sobre estes termos e abordagens, é importante citar seu diálogo com esta vertente metodológica.

2. MARMELÂNDIA, HISTÓRIA E PAISAGEM

Marmelândia é um povoado reconhecido administrativamente como distrito pertencente ao Município de Realeza-PR, situado no sudoeste do Paraná, Brasil, próximo da fronteira com a Argentina. Esta comunidade está situada nas margens do Rio Iguaçu, um pouco antes que seu curso desenhe o limite do Parque Nacional do Iguaçu. A comunidade de Marmelândia possuía 193 habitantes e 48 domicílios no ano de 2000, segundo dados do IBGE. No ano de 2010 esse número era de 229 habitantes e 85 domicílios.

A formação do povoado de Marmelândia tem forte relevância para a história do município de Realeza, nas margens da principal via de ligação norte-sul da região e na antiga localização da balsa para atravessar o Rio Iguaçu. O local foi por muito tempo a única conexão entre as cidades de Francisco Beltrão e Cascavel, cuja estrada foi determinante na formação do povoado. Com a construção da ponte sobre o Rio Iguaçu no perímetro do povoado, o interior da localidade deixou de ser rota obrigatória para a travessia, fragilizando a dinâmica do comércio local ancorada na circulação de pessoas.

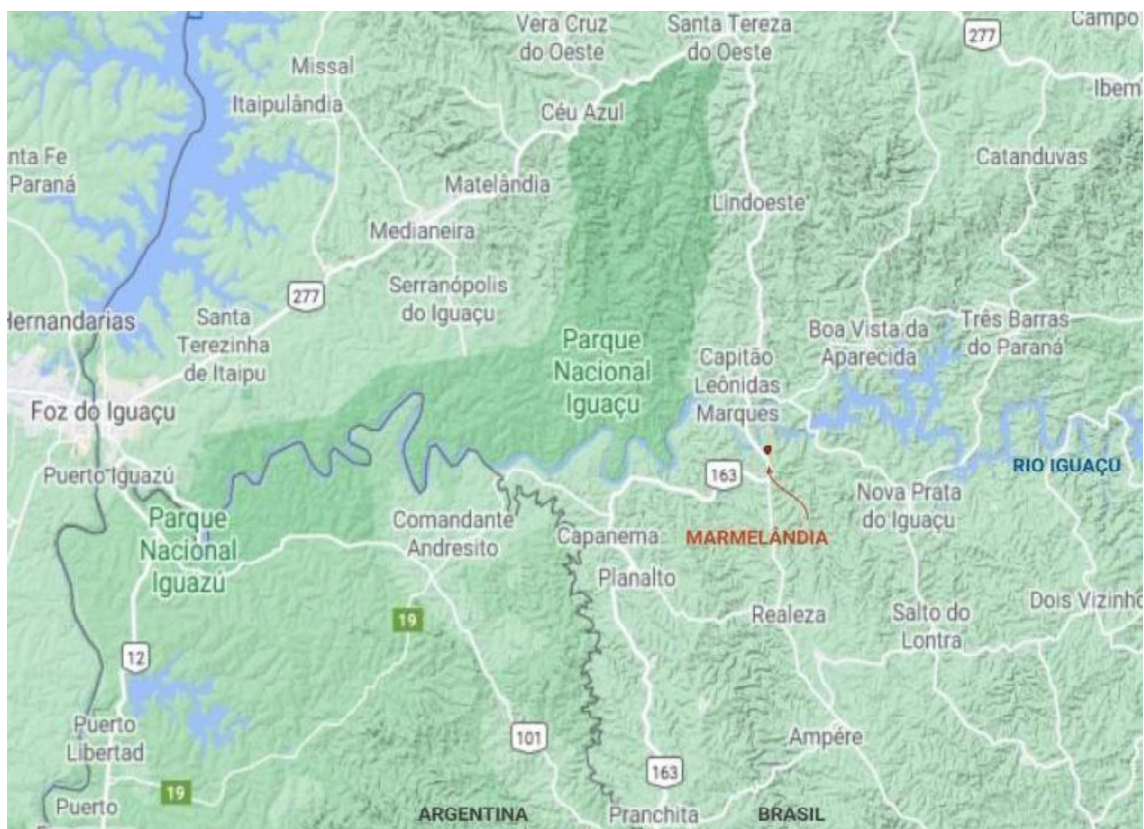


Figura 1: Distrito de Marmelândia (Rualeza-PR) e contexto regional. Fonte: Autoras sobre imagem de Google Map (2021).

Antes da instalação da ponte, em substituição à balsa que operava em Marmelândia, os relatórios de EIA (Estudos de Impactos Ambientais, 2008) apresentados pelo Consórcio responsável pelas obras da represa apontam que os moradores viviam da exploração pesqueira e também do grande fluxo no trânsito da balsa, que tinha acesso a partir da então principal rua de Marmelândia. Na época apontava-se que o distrito tinha posto de combustível, hotéis, supermercado, indústrias. Este cenário dinâmico se alterou drasticamente com a construção da ponte. Hoje a localidade não possui grande dinamismo econômico. Grande parte dos moradores locais vivem de pequenos serviços nas propriedades rurais e de aposentadorias. Muitos possuem criação de animais e plantação como auto sustento.

O distrito de Marmelândia está incluído no perímetro territorial afetado diretamente pela implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu. A formação do reservatório pós-instalação se localiza na porção do leito que margeia a área ocupada do distrito, e a nova APP (Área de Proteção Permanente) formada pela represa incidiu sobre áreas habitadas da localidade. De acordo com os dados publicados pela usina, 12 famílias foram diretamente afetadas, sendo aproximadamente 30 pessoas.



Figura 2: Distrito de Marmelândia (Realeza-PR) e obras da UHE Baixo Iguaçu em 2014. Fonte: Autoras sobre imagem de Google Map (2021).

No Cadastro Socioeconômico realizado em 2009, cujo relatório integra o caderno Estudos sobre a Infraestrutura Socioeconômica, Cultura e Desenvolvimento Sustentável nas Populações Impactadas pela UHE Baixo Iguaçu³, as propriedades foram caracterizadas como terrenos de dimensões entre 400 e 100m², onde alguns maiores se apresentam como junção de pequenas escrituras anteriores. Seu traçado visto a partir da sua estrutura fundiária, tem a geometria quadriculada, com quadras 100x100m. As casas, segundo o cadastro, possuem até 100m². As casas eram abastecidas por energia elétrica, a partir de uma pequena subestação na localidade, e água encanada a partir de poço artesiano. Suas ruas não são pavimentadas, sendo algumas delas cascalhadas de tempos em tempos. As famílias identificadas no cadastro estavam morando na localidade entre 15 e 30 anos, com renda média entre 12 e 20 mil por ano. A maioria das famílias vivem de pequena produção a partir de horta, frutas e pequenos animais, para consumo próprio, e também para venda que em geral era feita diretamente para outras famílias locais. Tendo a PR-182 como seu acesso principal, margeando a localidade, as edificações que se encontram em face a esta rodovia são voltadas ao comércio. Existem ainda barracas de vendas de produtos locais, como queijos e embutidos, mel e feijão. Estes produtos são indicados como produzidos pelas famílias locais e agricultores do entorno.

A comunidade já não possui em sua localidade posto de saúde e escola. Existe, na rua que levava para a antiga balsa, um prédio público fechado onde já funcionou uma escola pública

³ O Caderno intitulado Atendimento aos Requisitos da Licença Prévia N° 17648 e ao Parecer Técnico Conjunto IAP/PNI-ICMBio N° 001/2008 UHE Baixo Iguaçu Grupo II – Estudos sobre a Infraestrutura Socioeconomia, Cultura e Desenvolvimento Sustentável nas Populações Impactadas pela UHE Baixo Iguaçu – Parte 1/2 e 2/2, pode ser acessado no endereço eletrônico <http://baixoiguacu.com.br/arquivos/2cba50511d41c1497690160629261509.pdf>

fundamental. Além da rodovia, Marmelândia tem acesso também pela Linha Zution (linha é como se chamam as estradas rurais no oeste do Paraná), que liga a localidade às suas propriedades rurais, onde muitos prestam pequenos serviços ou possuem sítios ou chácaras.

3. MARMELÂNDIA E SEU PATRIMÔNIO TERRITORIAL

O Plano Diretor do Município de Realeza caracteriza o distrito de Marmelândia como uma área urbana. No entanto, seu modo de morar se identifica mais aos praticados no campo. O povoado tem em sua forma de morar uma relação importante com práticas associadas ao cultivo e com a vida no campo. Apesar de ser lido pelos documentos oficiais como um lugar de baixa renda e precariedade, a forma de vida dos moradores garante um certo nível de segurança e qualidade alimentar. Todos os quintais que possuem sua pequena casa, quase todas em madeira, no restante da área são cultivadas hortaliças e frutas, milho, mandioca, e também aves para a produção de ovos e carne. Alguns possuem vacas para produção de leite, e porcos para a carne.

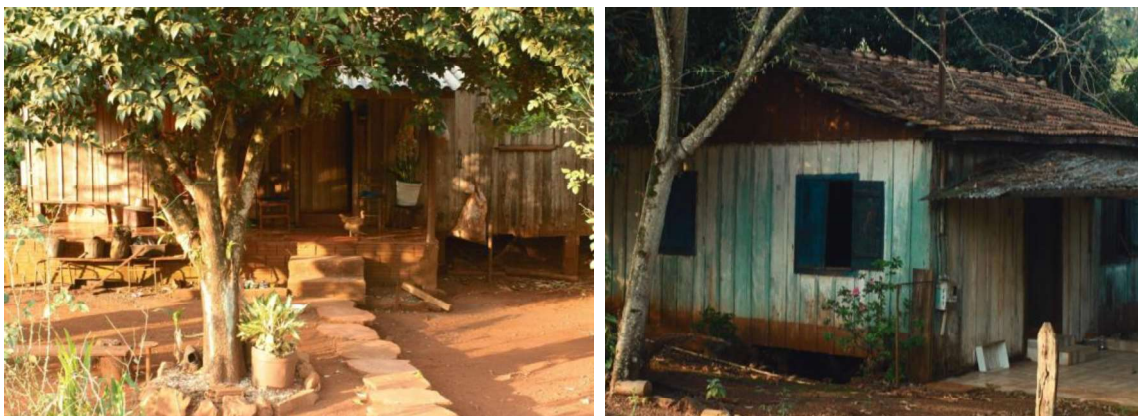


Figura 3: Casas na rua principal de Marmelândia em 2018, hoje demolidas. Foto: Manuel Corman, 2018.

Na frente da casa, principalmente em sua interface com a rua, as casas possuem frequentemente um jardim de flores diversas, mostrando capricho e casa cuidada. Os quintais não são pavimentados, e na maioria das vezes os limites da propriedade não são marcados. A produção doméstica serve para o consumo familiar e também para gerar renda a partir da venda de parte de seus produtos, venda esta com muita frequência para os próprios moradores locais, para famílias das proximidades do distrito e para venda no comércio da borda da rodovia. Esta dinâmica atribui ainda à comunidade uma relação de interdependência e maior conexão entre as famílias. Como construção, as casas são tradicionalmente feitas de madeira, material historicamente abundante na região, e telha cerâmica. Suspendidas do solo, se caracterizam por uma entrada associada à varanda, lugar de importância familiar e social.

Esta associação entre aglomeração em lotes de tamanho urbano e vida em sua dinâmica de produção rural caracteriza assim os modos de vida da localidade, e marcam a sua paisagem e seu padrão de assentamento. Neste contexto, sua paisagem tem uma identidade própria, que podemos destacar como características a) a predominância da madeira como o material construtivo, próprio da história do sudoeste e oeste paranaense ligado aos primeiros ciclos econômicos a partir da extração de madeira, b) a ausência de cercamentos dos quintais para a rua e dos quintais entre si; c) importância do cultivo de hortaliças, criação de aves como galinha e gansos, d) quintais sem pavimentação, e) importante presença de arborização nos quintais. A comunidade ainda possui prédios na principal rua que se encontram abandonados, mas que já foram a escola da cidade e o correio. Em frente à escola, uma quadra esportiva abandonada ainda serve de local para brincadeiras de crianças, que entram e ocupam livremente.



Figura 4: Capela São José. Foto: Manuel Corman, 2019.

Como paisagem e patrimônio, alguns elementos poderiam ser estudados como valores a serem potencializados como história local ou patrimônio, entre eles a Capela São José, que juntamente com seu barracão é a referência de lugar de encontro e reuniões, o prédio da antiga escola e o prédio do antigo correio juntamente com o bar da dona Alzira e sua cancha de bocha, na rua principal, a própria rua principal como memória da antiga linha (estrada) que levava à balsa, a área da antiga balsa, e as casas de madeira remanescentes, com sistema construtivo próprio da história da localidade.

4. A CHEGADA DA USINA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU

A Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu (UHEBI) foi implantada na última porção a jusante no Rio Iguaçu, afluente do Rio Paraná, com potência de 350 MW. O eixo do barramento, a

barragem da represa, situa-se no limite do Parque Nacional do Iguaçu⁴, na divisa dos municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, com seu reservatório ocupando também parte dos territórios dos municípios de Realeza, Nova Prata do Iguaçu e Planalto. Esta usina foi a sexta implantada no decorrer do percurso fluvial do rio, completando a ocupação de todo o seu leito por reservatórios de hidroelétricas. Em toda a bacia do rio Iguaçu, contando com seus afluentes, temos 8 UHEs: Santa Clara e Fundão no Rio Jordão, Foz do Areia, Segredo, Salto Santiago, Salto Osório, Salto Caxias e Baixo Iguaçu.

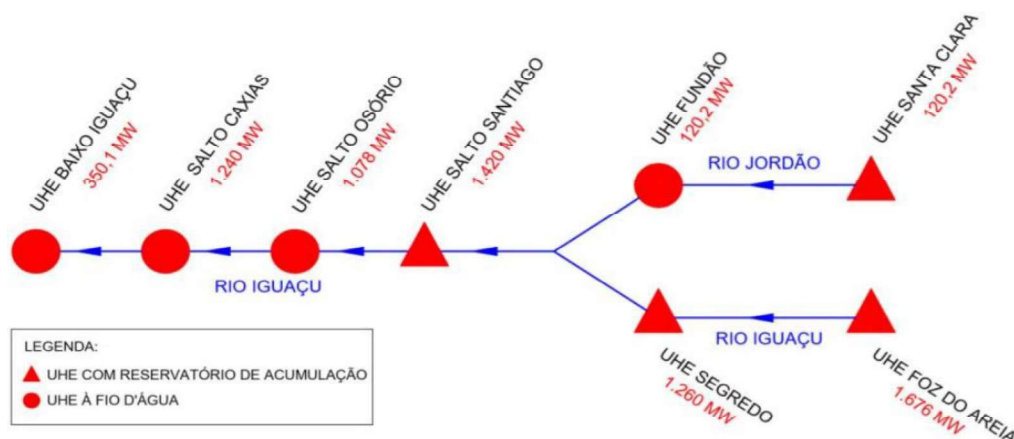


Figura 5: Usinas da bacia do Rio Iguaçu. Fonte: Bueno et al. (2019)

A UHEBI foi a última delas, iniciando a subida de seu reservatório no final do ano de 2018 e entrando em operação comercial em abril de 2019. A represa possui 35,36 km², com área inundada de 13,59 km². A UHEBI hoje é administrada por um consórcio formado pela Copel, Companhia Paranaense de Energia (uma empresa pública de capital aberto), e a Neoenergia, empresa afiliada da multinacional espanhola Iberdrola. A Neoenergia detém 70% do consórcio e a Copel 30%⁵. O grupo tem a concessão da usina por 30 anos, efetivado no 7º leilão de Energia Nova, em setembro de 2008.

4.1. EIMA RIMA E PROJETOS PARA MARMELÂNDIA

Dentre as diversas responsabilidades da UHE diante de seus impactos, os relatórios de levantamento e análise socioeconômicas apontaram a necessidade de um projeto e programa

⁴ O projeto original da Usina, dos anos 1980, propunha um barramento em local já dentro do Parque Nacional, para uma capacidade de geração de 1,2 mil megawatts, inundando uma área de 80 km². Depois de um processo demorado entre idas e vindas nos órgãos ambientais, aprovou-se o barramento no limite imediato do Parque, antes do rio entrar na Unidade de Conservação. Para mais informações sobre este processo, podemos ver Matiello, Catiane & Queluz, Gilson (2015).

⁵ Informação acessada no site Neoenergia, disponível em <https://www.neoenergia.com/pt-br/sobre-nos/linhas-de-negocios/renovaveis/renovaveis-hidrica/baixo-iguacu/Paginas/default.aspx>

especial para a localidade de Marmelândia. Para que a população local possa adaptar-se a nova atividade estão previstos cursos de capacitação dentro do Programa de Desenvolvimento Turístico, Lazer e Recreação que será implementado durante a execução do Plano Básico Ambiental⁶. Adicionalmente, o Programa de Remanejamento e Monitoramento da População Atingida, o Programa de Apoio aos Municípios e as Comunidades Locais e o Programa de Relocação da Infraestrutura preveem a execução de várias ações que indicam como objetivo o desenvolvimento sustentável de Marmelândia.

Dos projetos listados como a serem desenvolvidos e implementados e que incluem Marmelândia na proposta temos:

- A. Programa de Apoio aos Municípios e às Comunidades Locais: indica o ajuste de infraestruturas áreas de influência da UHE, e das estradas rurais, incluindo áreas de saúde, educação, habitação, transporte, saneamento e segurança pública.
- B. Ajuste de redes viárias: o programa indica que seja realizada a readequação de todo o sistema viário urbano do distrito, e trechos de estradas rurais”
- C. Plano de Desenvolvimento Turístico, Lazer e Recreação: Plano de desenvolvimento econômico para os municípios a partir do incentivo para investimentos em cadeia econômica de turismo.
- D. Projeto de Requalificação de Marmelândia: o projeto de requalificação urbana do distrito parte da ideia de que a localidade precisa de um projeto especial, pelo grau de efeito que a usina tem sobre a comunidade. Ainda não está desenvolvido, mas aponta objetivos de urbanização da localidade;

Dos planos municipais, existe a proposta de investimentos no distrito de Marmelândia, com a criação do Portal do Sudoeste, museu gastronômico e cultural, indicando parceria com a UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul). A previsão para o reservatório na localidade é de aproveitamento turístico. No Plano Diretor de Realeza, a Macrozona de Interesse Turístico é descrita com especial destinação ao distrito de Marmelândia, para turismo rural e ecoturismo, indicando que se desenvolva de acordo com as práticas de conservação ambiental.

Na ocasião das oficinas realizadas pelo consórcio da usina, foi entregue pela comunidade aos pesquisadores um documento que continha pontos de reivindicação dos moradores no sentido de minimizar os impactos da Usina na comunidade:

- Ampliação do centro comunitário (pavilhão) e reforma da igreja, com pátio arborizado e cercado;
- Pavimentação das ruas e área de estacionamento;

⁶ O Plano Básico Ambiental Consolidado (PBA) que responde ao EIA RIMA da UHE Baixo Iguaçu é composto por 32 programas socioambientais. O PBA representam a proposta da empresa para anular, reduzir, mitigar ou compensar os impactos adversos ou negativos e potencializar os benéficos ou positivos.

- Calçamento na linha Zuttion;
- Área de lazer com praia, campo de futebol, ginásio de esportes e parque infantil;
- Conservação de solo em áreas de cultivo com calcário e cama de aviário, reforma de pastagem e irrigação, equipamentos agrícolas e barracão de máquinas;
- Sistema de água encanada de poço artesiano, com necessidade de 3 poços;
- Sistema de tanques-rede para piscicultura em açudes nas propriedades e no rio;
- Cursos de formação às pessoas da comunidade nas áreas de piscicultura e pecuária leiteira.

É interessante notar que a lista de reivindicações da comunidade entregue autonomamente à equipe de pesquisadores não inclui nenhum item ligado ao setor econômico do turismo, mas de infraestrutura para a comunidade, reforçando em especial seu caráter de comunidade agrícola e preocupação com produção de alimentos. A infraestrutura básica de água também é uma das preocupações listadas. A proposta de área de negócios de turismo parte sobretudo do planejamento municipal, da gestão de Realeza, que aponta o setor como um potencial para o município propondo destaque para a localidade de Marmelândia. Talvez a aparição dela na Oficina Comunitária pode estar associada à inserção deste tema por parte da equipe de oficina.

Na localidade de Marmelândia, as casas e lotes não foram propriamente atingidos pela água, mas com a subida do reservatório, todo o lado da principal rua da localidade, a antiga ‘linha’ com a balsa, ficou circunscrita na nova área de preservação permanente a partir da represa, mesmo considerando que esta APP é urbana e assim com uma faixa de 30 metros a partir do nível da água. No levantamento socioeconômico da concessionária, foram indicadas 11 propriedades que seriam afetadas pela nova APP, ocupadas por 12 famílias e 30 pessoas. Na nova APP também situavam-se um campo de futebol e um galpão, sendo a área comum de lazer da comunidade.

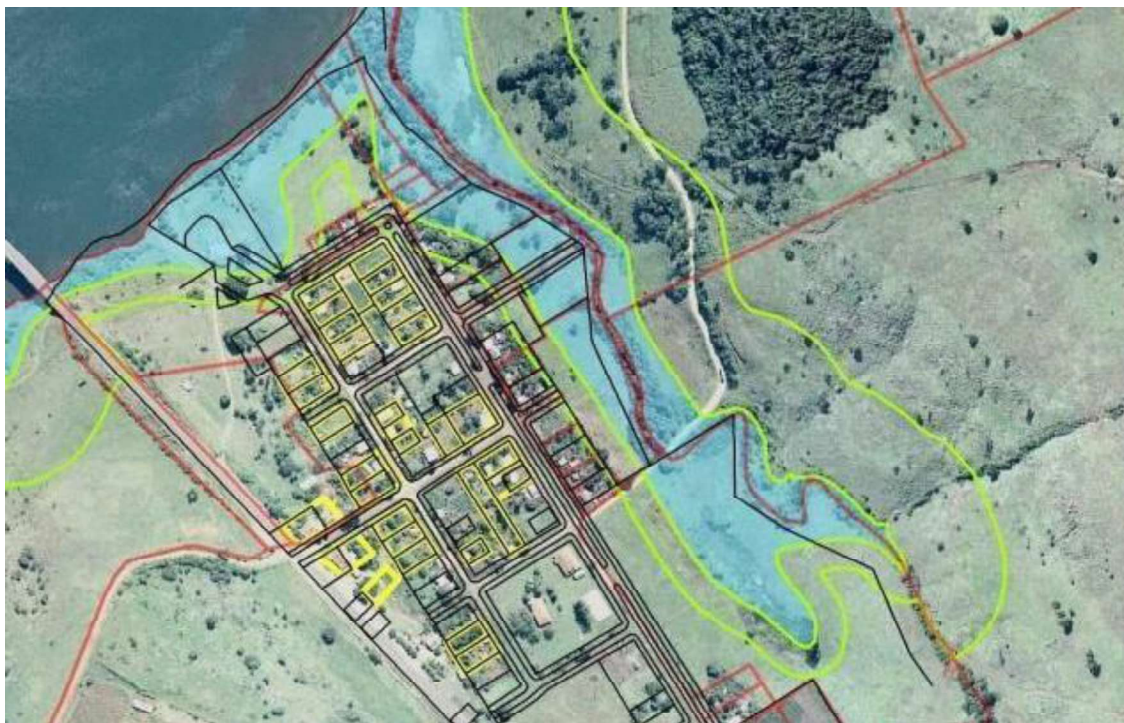


Figura 8: Marmelândia e perímetro das propriedades atingidas. Fonte: UHEBI, 2009⁷.



Figura 9: Marmelândia antes e depois da inundação. Fonte: satélite Google Earth, 2017 e 2020.

4.2. RELATOS DAS MORADORAS DA COMUNIDADE

Para o desenvolvimento deste estudo, as idas à Marmelândia ocorreram em 2019, envolvendo participantes da Escola Popular de Planejamento da Cidade (Projeto de Extensão UNILA) e o Grupo de pesquisa TIPPA (UNILA/CNPQ). As entrevistas foram realizadas com pessoas de referência para o bairro, como a família responsável pelo único bar/mercearia do local,

⁷ Relatório de Atendimento aos Requisitos da Licença Prévia N° 17648 e ao Parecer Técnico Conjunto IAP/PNI-ICMBio N° 001/2008 UHE Baixo Iguaçu (<http://baixoiguacu.com.br/arquivos/2cba50511d41c1497690160629261509.pdf>, acessado em julho de 2021)

e outras pessoas que se disponibilizaram no momento da visita. Assim como Dona Alzira, a moradora Sueli também relembra um tempo em que a comunidade tinha mais equipamentos e movimento comercial. Ela aponta ainda uma alteração na sensação climática, a partir da ausência das árvores na borda do córrego, agora submersas.

“Estou há 56 anos aqui, tenho 64 anos. Vim do Rio Grande do Sul com meu tio, minha mãe veio depois. Estudei, casei, tive filhos e trabalho aqui. Na época era bastante movimentado e agora acabou. Está fracassado, muita gente saiu. Primeiro as pessoas da área atingida, que diminuiu o movimento, e depois mais pessoas foram saindo. A usina apareceu em 2012, as pessoas saíram no final do ano passado. Mas a vila já foi impactada antes. Antes de fazer a ponte, nos anos 80, havia mais comércio, bares, hotéis, hospital. A BR passava na rua em frente ao bar. Havia muitas crianças: a escola da frente atendia 200 delas. O bar era uma mercearia também, hoje já não vende mais. Espero que a situação melhore, como a prefeitura disse que aconteceria. Com a prainha acredito que o movimento volta, senão as pessoas continuarão saindo. Porque é longe da cidade e não tem mais nada aqui. Meu filho Everton nasceu e viveu sempre aqui. Trabalha no sítio (próprio) perto dali com gado e agricultura. Ele foi indenizado pela UBH por utilizar de madeiras do rio⁸. Eu queria ter sido indenizada também, pelos clientes que perdi.” (Dona Alzira, dona do Bar da cidade, na rua principal, em depoimento ao grupo de pesquisadoras, em 2019)

“Quando vim para cá era bonito. Tinha hotel, hospital, escola, cartório. E era tudo iluminado. Eu era menina pequena, faz tempo. Tinha bastante casa, depois foi destruindo tudo. As pessoas foram indo para a cidade porque não tem muita coisa aqui. Eu penso que aqui é um lugar sossegado, só é ruim para ir no médico, mas passa ônibus para Realeza. A usina não mudou muito, só está mais calor por causa do lago, que diminuiu as árvores” (Sueli, moradora local nas proximidades da igreja, em depoimento ao grupo de pesquisadoras, em 2019).

Estes relatos ilustram a sensação de abandono e falta de perspectiva de futuro relatada por parte das famílias, e ao mesmo tempo, a compreensão do tamanho do impacto do empreendimento em suas vidas. Dona Aparecida é uma senhora que vive em sua casa perto de onde está sendo construída a nova ponte, na ampliação das pistas da rodovia. Ela também testemunha a alteração da dinâmica local. Identifica o Pavilhão da Igreja e a quadra de futebol (hoje inundada) como importantes lugares para a comunidade. A moradora enfatiza a comunidade como um lugar de tranquilidade e conexão entre as famílias, ressaltando as raízes com o lugar.

“Tenho 45 anos aqui. Vim com 6 anos e criei meus filhos aqui. Costumava ser uma vila bem forte: tinha posto, hotel, bar, porto que passava balsa, tinha um moinho, tinha cartório. Com o tempo, depois da construção da ponte, foi diminuindo. Era muito bonito. A juventude se encontrava no pavilhão da igreja para ouvir Amado Batista. Tinha uma quadra de futebol também, nós tínhamos um time e íamos disputar nas outras cidades. Depois da ponte foi mudando tudo pra Flor da Serra. Das famílias que foram atingidas pela usina só duas saíram. Nós também fomos atingidos, mas ficamos aqui. Fomos indenizados e agora viemos para o terreno do pai. Quem ficou aqui foi quem

⁸ O filho de D. Alzira, Everton, complementou a informação explicando que a propriedade, que eram de 5 alqueires, foi inundada parcialmente em 3 alqueires, deixando apenas 2 alqueires, o que inviabilizava uma simples indenização. Então a UHE ficou com toda a propriedade de 5 alqueires e comprou outra propriedade de mesmo tamanho um pouco acima, na mesma região.

já tinha raízes, e se a prainha “sair” também, irá trazer mais movimento. O ruim é o lago, que não pode mais pescar e vigiam duas vezes por dia. Aqui é um lugar muito tranquilo de morar. Muito sossegado, muita paz. Pessoal tudo família, todo mundo se conhece. Como disse, teve muitas mudanças, mas a paz continua a mesma.” (Dona Aparecida, em depoimento ao grupo de pesquisadoras, em 2019)

Dona Maria de Lourdes conta que é moradora de Marmelândia a pouco tempo, vinda da área rural. Ela conta como a família foi removida pela UHE, onde perdeu seu lugar e seu cultivo, e também perdeu a coesão da família, que se reassentou em diferentes lugares, para conseguir trabalho. Mostra angústia pelo impedimento que sente de continuar seus modos de vida, a perda de seu patrimônio botânico e a impossibilidade de continuar acessando o rio e pescando, sendo agora uma área controlada pela UHE.

“Estou em Realeza há 40 anos, aqui em Marmelândia desde dezembro (2018) quando me expulsaram (de outra região atingida pela usina). Perdi tudo, a horta, as galinhas. Tinha tanta fruta, banana, bergamota. Agora moro aqui com meu marido e meus netos moram ali na frente. Ainda não me acostumei com a casa. Já tenho uma horta mas bem menor que a outra. Tem alface, uns remédios (plantas medicinais) mas poucos. Na outra tinha mais, e perdeu, não sei onde conseguir de novo. E ninguém pode pescar mais, nem pegar uma fruta ali pode mais, nem quem morava antes. Minha filha morava ali há 15 anos. Ela tinha uma horta também. E foi expulsa. Avisaram ela em cima da hora. Uma semana depois do aviso desmancharam tudo. Era uma quinta-feira, vieram com trator... Ela tem 5 filhos e 4 netos, moravam todos juntos. Tiveram que sair. E não indenizaram. E a gente não consegue ajudar também, eu trabalhei a vida toda. Ela perdeu todo o serviço. Trabalhava de doméstica para três casas aqui por perto. Agora foi para Capitão (Capitão Leônidas Marques). Não tem serviço lá, só o marido que é pedreiro. Ela só consegue vir um dia pra trabalhar aqui, mas um dia não ganha. 50 reais não dá pra muito.”

A moradora Andressa, que tem sua casa ao lado do antigo prédio da escola, apesar de não ser moradora antiga, compreende e sente o impacto da UHE na dinâmica da comunidade, com ênfase para a desconstrução de seu tecido social. Também tem fala crítica sobre os projetos prometidos pela Usina, onde se nota uma possível compreensão em sua fala de um nível de desconexão da proposta turística do município e da usina com as expectativas dos moradores.

“Tenho 25 anos, moro aqui há 5 anos. Quando me mudei não conhecia muito a história da cidade, já era a nova fase da comunidade. Ainda não tinha o lago, mas já sabia sobre a usina. Era sossegado, todo mundo tinha o seu emprego, mas tiveram que ir embora. A diferença foi que perdi meus amigos. Minha cunhada foi a 7km. Minha filha perdeu as amigas. Eles não fizeram nada para a comunidade, só tiraram. Ficam prometendo e enganando a gente. Fomos nas reuniões, eles falam dos projetos mas só ficam enrolando. Quando soltaram a água em dezembro já era para ter feito as coisas. Falam que tem a verba mas que precisam de não sei quem para liberar. Alguns projetos que disseram que

vão implantar são um restaurante, área para turismo, mirante, campo de futebol. As pessoas saíram ano passado. Pra quem tinha bastante terra ganhou bem, deu pra se colocar bem fora daqui. Algumas pessoas ficaram prejudicadas. Para mim não me afetou em nada, tirando os amigos que foram embora.”

As narrativas evidenciam também a insuficiência das leituras de impacto ambiental que consideram atingidas apenas as pessoas diretamente afetadas em suas propriedades ou moradias, sem considerar as dinâmicas sociais existentes e seus patrimônios territoriais.

5. DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?

O sentido do desenvolvimento como é apresentado pelos grandes projetos de infraestrutura em seus relatórios, em especial os de grande impacto social e ambiental, como é o caso da implantação de UHE tem sempre duas grandes narrativas, estas associadas a uma visão que precisa ser superada e evoluída para novas e mais efetivas formas de planejamento territorial: a) a de que a linha do progresso é esta e não se pode segurar este caminho, já que é indicado como o único possível, e que este progresso será bom para todos, e b) aqueles que se sentem atingidos, impactados, destituídos de direitos, são diretamente inseridos na narrativa como uma cultura inferior e retrógrada e modos de vida cujo tratamento deve ser o de superação. Este modelo de desenvolvimento, de grandes infraestruturas e grandes investimentos, possuem a perspectiva de inserção do território na economia global e de grandes fluxos financeiros, modelo este já exaustivamente estudado e demonstrado como associado a geração de riqueza, mas com concentração e produtora de grandes desigualdades sociais⁹. No caso das obrigações para licenciamento ambiental que são concernentes à localidade de Marmelândia, apontam ainda para o mesmo sentido de compreensão – a modernização do seu espaço urbano, e a superação dos atuais modos de vida, a partir da implantação do que é anunciado como um complexo turístico para a região, a partir de modelos privados de investimento e gestão.

Neste sentido, este artigo vem tensionar esta compreensão do que seria uma proposta de continuidade e desenvolvimento para a localidade, onde a implantação de um complexo de turismo, seja de investimento privado ou público, é apontado pelos documentos de planejamento como uma salvação para as economias locais. A ativação popular do patrimônio-territorial como um eixo de desenvolvimento transforma a paisagem em sua identidade, na realização social de sua economia de técnicas simples e de baixo impacto. Neste aspecto, seria interessante pensar

⁹ Para aprofundar este assunto, sugerimos a leitura de, entre outros, o livro de Thomas *PIKETTY, A Economia da Desigualdade, de 2005*, para uma discussão geral. Sobre regiões rurais e economias globais no Brasil, sugerimos o livro *Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado*, organizado por Arilson Favareto em 2019.

neste território reforçando sua identidade, sua rede de conectividade local entre pessoas e ao lugar, e sua força de subsistência e produtividade, que entendemos ser seu principal valor a ser preservado e potencializado.

Estas características, em tempo de transição climática, que nos traz um nível elevado de incertezas diante do colapso ambiental e social que se anuncia, são valores desejáveis nos planejamentos territoriais mais avançados no sentido da compreensão do contexto socioambiental que estamos e na valorização da qualidade de vida das pessoas e seus ecossistemas. Pensar uma nova forma de turismo, associada à valorização da ação coletiva da comunidade e à afirmação de seu modo de vida, sua forma tradicional e sustentável de viver, evitaria a exclusão desta comunidade e destas famílias de um novo ciclo econômico que se pretende. Assim, a memória, a história da construção desta identidade e deste modo de vida se tornam fundamentos de uma valorização das identidades e das propostas ancoradas na base ambiental existente e na realidade das famílias e seus anseios. Como contribuição para o planejamento dos caminhos da comunidade, no sentido de associar políticas públicas com participação e respeito ao patrimônio territorial, algumas chaves para pensar propostas e planos para o lugar precisam considerar que:

- i. A elitização do uso e exploração da paisagem como setor econômico turístico geraria exclusão de grande parte das famílias e expulsão econômica, desagregação da rede social e substituição dos moradores e supressão/esquecimento dos modos de vida e memórias locais;
- ii. Mesmo que a paisagem histórica já tenha sido afetada pela Usina, é importante pensar a paisagem e a história local como âncoras para o desenvolvimento do território-patrimônio, sendo assim um lugar onde seu uso para o lazer e recreação regional precisa estar submetido aos interesses e ritmos da comunidade;
- iii. É importante pensar a potenciação do que se tem como tradicional na comunidade, sendo a identidade agrícola em pequena escala, diversa e sem uso de agrotóxicos, ou seja, alinhadas historicamente como que se chama hoje permacultura;
- iv. O planejamento precisa pensar a localidade como local de moradia e de viver, com ativação de escolas e posto de saúde e infraestrutura de saneamento básico;
- v. Existe a oportunidade de se pensar em “selo de origem”, para os produtos locais e de qualidade artesanal, valorizando os produtos locais;
- vi. Existe a oportunidade de se pensar a visitação do local ligada ao acesso a produtos de selo de origem e a manifestações culturais;
- vii. É imprescindível se desenvolver um modelo de turismo comunitário e ecológico, que segue caminhos diferentes do de grandes empreendimentos balneários privados, concentradores da renda e em sua maioria não compatíveis com a preservação e regeneração ambiental, desenvolvido a partir de economias solidárias.

Apesar de todos estes planos e proposições, até este ano de 2021, a população está na expectativa do que será efetivamente implantado ou executado no distrito. A principal questão, segundo alguns moradores, é a falta de renda. Também a partir de relatos de moradores, existe também a previsão de loteamentos de casas de veraneio nos arredores da localidade, com a expectativa da abertura de frentes de trabalho nestas casas. A demora no desenvolvimento efetivo de propostas para a localidade é uma das principais reclamações das pessoas, que foram intensamente impactadas pelas obras a partir de 2013 e pela represa em 2018, e a reparação prometida nos planos, mesmo que aqui questionada e seus modelos, ainda não veio.

6. NOTAS DE CONCLUSÃO

A disseminação de projetos hidrelétricos, desde empreendimentos de grande porte até pequenas barragens, em áreas rurais e pequenas cidades gera debates a respeito dos impactos e efeitos no campo social e ambiental da localidade. Muitas vezes, sua implantação reconfigura a organização territorial, colidindo com os modos de morar da população e interferindo nas dinâmicas e práticas típicas do cotidiano rural ou híbrido, como a relação da comunidade com a natureza, tradições e hábitos alimentares, vínculos interpessoais e culturais com o lugar. Estes impactos e efeitos não seguem na mesma proporção ou ritmo que a execução de medidas reparadoras, deixando a população precarizada e empobrecida, muitas vezes com sua memória e história debaixo d'água, sem justiça pelos danos. Também apresenta forte interferência no funcionamento ecológico, com o desmatamento e/ou inundação de grandes áreas, afetando a flora e a evasão da fauna e seu habitat. Tal interferência igualmente afeta o desempenho econômico local, uma vez que a natureza está diretamente relacionada a práticas laborais e de subsistência das populações interioranas e tradicionais.

Neste contexto, é recorrente o desenvolvimento de projetos planos de desenvolvimento local, como forma de mitigação dos efeitos perversos das hidrelétricas sobre as populações locais, tendo o turismo como cadeia de economia. O turismo nestes contextos é abordado como a panaceia para os problemas de geração de renda e de melhoria da qualidade de vida, e como uma forma de superar os resultados negativos da implantação da grande infraestrutura. Seria importante aprender com os caminhos já trilhados, onde localidades com grande apelo turístico, como é o caso de Foz do Iguaçu e suas cataratas, não conseguem até hoje superar as mazelas deixadas pela enorme alteração na dinâmica territorial da região. O contrário, o modelo de turismo adotado e fomentado pela própria hidrelétrica como uma forma de desenvolvimento acarreta uma clivagem entre a realidade popular e a indústria do turismo, concentrando investimentos em localidades onde as camadas de menor renda são expulsas e precarizadas pela supervalorização do solo. Ao mesmo tempo, a riqueza gerada pelo turismo acaba em grupos concentrados

detentores de equipamentos de turismo e de capital de investimento, e não se traduz em melhoria de vida para a população em geral.

Entendendo o direito à terra como um direito básico ao ser humano e considerando que o Estado tem a função de fornecer as condições mínimas de alocação espacial e infraestrutura, reconhece-se como fundamental a condução do planejamento participativo do território a fim de garantir a democratização, manutenção e sustentabilidade das comunidades e lugares e a definição popular dos caminhos e modelos de desenvolvimento desejados. É importante reforçar ainda que o direito à terra está vinculado ao direito à memória e as relações estabelecidas entre pessoas e seu meio por gerações. E que, estas violações, ao se constituírem em pequenas localidades, fora dos eixos metropolitanos, ganham uma invisibilidade que amplia a vulnerabilidade de tais populações. Esta memória, que constrói a identidade e modos de vida do lugar, colocada agora em risco pelos impactos e apagamentos da paisagem pela implantação da UHE, pode ser também um eixo de atuação e de alavanca para pensar planos e propostas de desenvolvimento local, associando talvez novas cadeias de economia associada ao turismo de cultura e agroecologia.

Este artigo pretendeu trazer o contexto de uma destas pequenas localidades afetadas, invisibilizadas e desvalorizadas em seu modo de vida diante de um processo de implantação de grande empreendimento da economia global, e ao mesmo tempo dar voz e visibilidade ao território e personagens afetados, aproximando a investigação a uma escala da realidade. Busca a compreensão do morar dessas pequenas localidades e, a partir da mirada desse, aprofundar o território e seu significado.

REFERÊNCIAS

BUENO, M. L.; BERTONE, A. C.; KEPPEN, R. de P. T.; DETZEL, D. H. M. Usinas Hidroelétricas com Reservatório de Acumulação e a fiação D'água. Estudo de Caso aplicado à Bacia do Rio Iguaçu. *XXIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos*. Foz do Iguaçu-PR, 2019.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. *Licença de Instalação nº 17033*. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/pagina-1329.html>

UHE BAIXO IGUAÇU. *Estudo de Impacto Ambiental*. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/downloads>

_____. *Plano Básico Ambiental Consolidado*. 2013. Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/downloads>

_____. *Programa de Monitoramento da Paisagem: Estudo de Evolução da Paisagem da AID da UHE Baixo Iguaçu*. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/downloads>

_____. *Programa de Apoio aos Municípios e às Comunidades Locais*. 2018. Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/downloads>

_____. *Relatório fundiário*: Programa de Remanejamento e Monitoramento da População Atingida. 2008. Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/downloads>

_____. *Relatório de Impacto Ambiental*. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/downloads>

_____. *Estudos sobre Infraestrutura, Socioeconomia, Cultura e Desenvolvimento Sustentável nas Populações Impactadas pela UHE Baixo Iguaçu – Parte 1 e 2* (Atendimento aos Requisitos da Licença Prévia Nº 17648 e ao Parecer Técnico Conjunto IAP/PNI-ICMBio Nº 001/2008 UHE Baixo Iguaçu GRUPO II. Disponível em <http://baixoiguacu.com.br/arquivos/2cba50511d41c1497690160629261509.pdf>

FAVARETO, Arilson. *Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado* / Favareto Arilson (Org.), Nakagawa, Louise, Pó, Marcos, Seifer, Paulo, Kleeb, Suzana. – São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019.

JASPER, Fernando. *Obra da hidrelétrica de Baixo Iguaçu será retomada na quinta-feira*. *Jornal Gazeta do Povo*. Curitiba, dia 25 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/obra-da-hidreletrica-de-baixo-iguacu-sera-retomada-na-quinta-feira-cf422q0dequc3gd174rtf4u3/015>.

MAGNAGHI, A., *La Biorégion urbaine*. Petit traité sur le territoire bien commun, Les Lilas, Eterotopia, 2014.

MATIELLO, Catiane & QUELUZ, Gilson. A implantação da usina hidrelétrica do Baixo Iguaçu: uma análise a partir dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. v. 16 n. 109 (2015). Acessado em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-951.2015v16n109p2>

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

PIKETTY, Thomas. *A Economia da Desigualdade*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.